

A terra, a flora e a pessoa: insubmissões afro-brasileiras

JULIANA BARBOSA*

Resumo

Neste trabalho, pretende-se revisitar a história do pensamento social brasileiro para tecer os sentidos imputados à pessoa negra, ao espaço e às naturezas. As reflexões produzidas aqui lançam movimento sobre algumas obras clássicas que são base para a construção da identidade nacional. Armo-me de desobediência para aerar a terra, a pessoa e a flora endurecida por esse cânone. Assim, a construção etnobotânica se coloca como um solo fértil para o fortalecimento das existências e das narrativas que emergem da margem.

Palavras-chave: decolonialidade; etnobotânica; espaço; corpo-folha

The land, the flora and the person: afro-brazilian disobediences

Abstract

In this work, I intend to revisit the history of Brazilian social thought, in order to weave from it the meanings attributed to the Black people, space and nature. The reflections produced here throw movement on some classic works that are the basis for the construction of the national identity. I arm myself with disobedience to aerate the earth, the person and the flora hardened by this canon. Thus, the ethnobotanical construction is a fertile ground for strengthening the existences and narratives from the margin.

Key word: decoloniality; ethnobotany; space; leaf-body.



* JULIANA BARBOSA é doutoranda em Botânica pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Introdução

Desde a primeira alvorada da então chamada Ilha de Vera Cruz, o espaço do homem recebeu atenção. Quando Pero Vaz de Caminha (1500) informou a seu imperador sobre as descobertas, fez questão de evidenciar a relação dos nativos com o ambiente “eles não lavram, nem criam, (...) não comem senão desse inham e dessa semente e frutos”. Assim, o corpo - que é folha¹ - dos sujeitos nativos, daqui e de África, foi investigado sobre o prisma europortuguês. A forma como as populações escravizadas lidavam com o espaço, com as naturezas e com as relações foram identificadas como modo de vida outro, portanto, menor, passível de ser mortificado pelas vias do apagamento da memória.

A conceituação de Milton Santos (2012) sobre o espaço-Natureza-social² será nosso primeiro assentamento para refletir a existência do homem em seu ambiente. Por meio dela temos o homem umbilicalmente vinculado a terra, e construindo sociabilidades a partir de sua relação com ela. É possível recuperar relatos a respeito da interação das pessoas *negras*³ com o ambiente

¹ A ideia de um corpo que é ao mesmo tempo folha é a elaboração de uma categoria híbrida que acolhe tanto pessoa, quanto planta compondo uma existência vinculada, que nos permite romper com o pensamento dicotômico. Assim é possível elaborar um vocabulário potente para significar a vida dos sujeitos que constroem sua existência coletiva a partir das relações dinâmicas e cruzadas, que desenvolvem com sujeitos de outras naturezas.

² Aqui espaço-Natureza-social é um conceito de Milton Santos, que dá conta de trazer à tona a dimensão afetiva empregada pelo homem e por todos os seres que trabalham o espaço tornando-o um instrumento de reprodução de vida.

³ Tendo em vista o caráter histórico violento do termo negro, empregado para subalternizar africanos e seus descendentes, escolho apresentar o termo sempre *itálico*. Assim, pretendo questionar a ausência de um

através de registros escritos e orais. Tais registros fornecem uma importante fonte de dados que, de antemão, mostram a importância dos elementos da natureza e de sua dinâmica para manutenção da vida desses sujeitos, em todos os sentidos.

Escolho, neste trabalho, analisar as obras clássicas de intelectuais brasileiros para interpretar o olhar da elite de origem europeia a respeito do modo de vida dos escravizados e de seus descendentes. A partir dessa literatura e da experiência do pós-abolição, também detalhados na literatura, é possível evidenciar como a relação homem - espaço - natureza foi subtraída e como essa subtração contribui para desumanização conferida às pessoas afrodescendentes ainda hoje.

Durante o período de escravidão e no pós-abolição, a elite brasileira construiu uma imagem primitiva/selvagem sobre as práticas afro-brasileiras confinando-as na ilegalidade. No presente trabalho, escolhi algumas obras para vislumbrar a construção do pensamento social brasileiro, no que diz respeito à relação homem-espaço-naturezas, são elas: *Os sertões de Euclides* da Cunha (2002), *A América da Latina: Males da Origem*, de Manoel Bonfim (2008), *O Abolicionismo* de Joaquim Nabuco (2010) e *Raça e assimilação* de Oliveira Vianna (1932). Teses evolutivas permeiam essas obras e contribuíram para elaboração do que foi a eugenia brasileira como ferramenta de mortificação dos corpos-folha. Embora tal análise nos direcione ao passado, conexões com o presente são possíveis e essenciais para o avanço das ciências da natureza no território brasileiro.

vocabulário decolonial e estimular seu surgimento.

O não lugar (RIBEIRO, 2017, p.144) conferido ao sujeito *negro* desde as políticas do pós-abolição reflete, hoje, em processos de gentrificação massiva e violências múltiplas. A privação territorial impôs também silenciamento da subjetividade. E, nesse cenário, pretendo desenvolver uma análise que reflita a história brasileira de forma anacrônica evidenciando como as bases da escravidão insistem em se impor sobre a vida da população afrodescendente hoje. Acredito que o espaço geográfico, quando imposto como um ente fechado, proíbe a existência do corpo, da folha, se perpetuando como mais um meio de aniquilação e ferramenta da colonialidade (QUIJANO, 2002). Sendo assim, investigar a relação dos sujeitos *negros* com o espaço e como essa relação vem sendo subtraída ao longo da história brasileira é fundamental para compreender os processos proibitivos das existências de sujeitos pessoas e sujeitos plantas.

A terra e a planta

As formas de vida que não se enquadram no ideal ocidental são, historicamente, impelidas para o lugar (RIBEIRO, 2017, p. 144) do outro desconhecido e, portanto, passível de ser descoberto. É o olhar do observador que estranha o que vê; e a partir desse estranhamento constrói narrativas afetadas por sua subjetividade, mesmo que este processo emergja camuflado na produção científica convencional. Fato é que, mesmo diante de um objeto simples, o observador não enxerga a sua realidade, “a verdade não é uma moeda que pode ser dada e embolsada” (SANTOS, 2012, p. 35). O enxergar se dá a partir de nossas predisposições. E, aqui, chamo de predisposições todos os atributos sociais a que somos expostos durante nossa trajetória de relações com

o espaço e com os seres que nele existem.

A partir desse desafio cognitivo, o observador inicia a seleção do que será observado. Nesse sistema, os corpos outros escapam à visão do observador. E há em qualquer observação duas faces: “a verdadeira, que não se entrega diretamente ao observador, e a face visível, amoldada pela ideologia” (SANTOS, 2012, p. 35). Desse olhar surge *Os sertões* (CUNHA, 1903), mergulhado na relação homem-ambiente-observador. Euclides, geógrafo e jornalista, elabora sua minuciosa narrativa a respeito do espaço brasileiro e logo no início apresenta suas descrições moldadas por seu afeto a respeito da terra desconhecida onde se encontrava:

As condições estruturais da terra lá se vincularam à violência máxima dos agentes exteriores para o desenho de relevos estupendos. O regímen torrencial dos climas excessivos, sobrevindo, de súbito, depois das insolações demoradas, e embatendo naqueles pendores, expôs há muito, arrebatando-lhes para longe todos os elementos degradados, as séries mais antigas daqueles últimos rebentos das montanhas: todas as variedades cristalinas, e os quartzitos ásperos, e as filades e calcários, revezando-se ou entrelaçando-se, repontando duramente a cada passo, mal cobertos por uma flora tolhica — dispondo-se em cenários em que ressalta predominante, o aspecto atormentado das paisagens (CUNHA, 1903, p. 7 e 8).

A observação e a interpretação dos biomas, paisagens vivas é uma prática latente no cotidiano das ciências biológicas e da natureza. Euclides geógrafo, assim como Carl von Martius, botânico do século XIX, e nós, os cientistas da atualidade, vivenciamos

com frequência esse tipo de desafio. É a partir da observação, aliada ao método científico, impregnada pelos afetos, que nós, pesquisadores, construímos nossas narrativas. A construção do sertão de *Os sertões* desenha uma imagem idealizada, a partir da observação das existências que constituem o bioma. Tudo isso ocorre a partir do olhar do narrador-científico e, portanto, estrangeiro. A técnica descritiva e a precisão do texto evidenciam a necessidade de pensar o quanto a localização geopolítica do narrador, em relação ao ambiente, atua na construção do que se apresenta como modelo final desse ambiente-idealização.

O lugar (RIBEIRO, 2017, p. 144) de narrador que observa e investiga carrega consigo a suposta neutralidade. Contudo, para compreensão das naturezas e das relações entre os sujeitos que as compõem, não se pode menosprezar os significados das redes que prendem e condicionam o olhar do observador-pesquisador (SILVA, 2015). A construção de narrativas normatizadoras de sujeitos e suas plurais naturezas incorre em reduções, que, em geral, marginalizam toda a existência que extrapole o ideal (KILOMBA, 2019). Diante disso, praticamos giro decolonial e o rodópio transformando tais restrições em pontes para interpretações pluriversais e críticas (BERNARDINO-COSTA, 2018; SIMAS; RUFINO, 2018). Essa prática desobediente nos permite construir memórias a respeito da mortificação do espaço-Natureza-social imposta e valorizar mecanismos insubmissos e brincantes de produzir abundantes formas de existir.

Em contato com o novo, a narrativa euclidiana tece um cenário comparativo entre os diferentes ambientes naturais. Fazendo uso das descrições, caracteriza

a Mata Atlântica, ambiente do qual o narrador era nativo, e a Caatinga, o outro ambiente, objeto de estudo:

A luta pela vida, que nas florestas se traduz como uma tendência irreprimível para a luz, desatando-se os arbustos em cipós, elásticos, distensos, fugindo ao afogado das sombras e alteando-se presos mais aos raios do Sol do que aos troncos seculares de ali, de todo oposta, é mais obscura, é mais original, é mais comovedora. O Sol é o inimigo que é forçoso evitar, iludir ou combater. E evitando-o presente-se de algum modo, como o indicaremos adiante, a inumação da flora moribunda, enterrando-se os caules pelo solo. Mas como este, por seu turno, é áspero e duro, excicado pelas drenagens dos pendores ou esterilizado pela sucção dos estratos completando as insolações, entre dois meios desfavoráveis espaços candentes e terrenos agros as plantas mais robustas trazem no aspecto anormalíssimo, impressos, todos os estigmas desta batalha surda (CUNHA, 1903, p. 19).

Além dos aspectos do solo já mencionados no primeiro trecho, a flora da caatinga foi destacada e observada detalhadamente na escrita euclidiana. A novidade representada por esse componente do ambiente causou estranheza e a aparência dos vegetais foi considerada por vezes violenta, por outras, moribunda e sempre hostil.

Ao passo que a caatinga o afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando

rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante (CUNHA, 1903, p. 19).

A partir de seu posicionamento no mundo (RIBEIRO, 2017), Euclides inicia a tecitura a respeito das relações homem-ambiente. A interpretação dessa relação se assenta sobre o que Marzec (2016) chama de pensamento-árvore, um pensamento sistematizado e assentado sobre rigidez, simetria, polaridade e oposição. Essa forma de pensar nasce na filosofia vegetal, que, nesse caso, é anterior à ciência Botânica. A fundamentação oriunda da filosofia vegetal concretizou o pensamento, gerou e popularizou, nos moldes da Botânica, acadêmica convencional. Assentada sobre tais pilares a escrita euclidiana, em *Os sertões*, elaborou organizações hierárquicas e polarizadas para os vegetais, sendo, por exemplo, a forma das plantas de floresta (leia-se Floresta Ombrófila Densa, bioma Mata Atlântica) “mais original e comovedora” (CUNHA, 1903, p.19).

Acredita-se que a região incipiente ainda está preparando-se para a Vida: o líquen ainda ataca a pedra, fecundando a terra. E lutando tenazmente com o flagelar do clima, uma flora de resistência rara por ali entretece a trama das raízes, obstando, em parte, que as torrentes arrebatem todos os princípios exsolvidos — acumulando-os pouco a pouco na conquista da paragem desolada cujos contornos suaviza — sem impedir, contudo, nos estios longos, as insolações inclementes e as águas selvagens, degradando o solo (CUNHA, 1903, p.11).

A predileção por esse tipo de análise a respeito da natureza/homem é encontrada também em outras obras voltadas a descrever os componentes

naturais do sertão nordestino. Os cadernos de Carl Fredrich Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix são ricos em caracterização do ambiente, assim como classificações de seus componentes. Os relatos desses naturalistas desenham um sertão distante das belezas tropicais, “espaço” (SANTOS, 1988, p.25) que se configura como inóspito, de flora homogênea e pobre (SOARES; SANTANA, 2017; MEIRELLES, 2009). O sistema de oposição presente na interpretação do ambiente caracterizou a flora sertaneja estritamente como flora de resistência, limitando sua diversidade e potencialidades.

Embora esta não tenha as espécies reduzidas dos desertos — mimosas tolhiças ou eufórbias ásperas sobre o tapete das gramíneas murchas — e se afigure farta de vegetais distintos, as suas árvores, vistas em conjunto, semelham uma só família de poucos gêneros, quase reduzida a uma espécie invariável, divergindo apenas no tamanho, tendo todas a mesma conformação, a mesma aparência de vegetais morrendo, quase sem troncos, em esgalhos logo ao irromper do chão. É que por um efeito explicável de adaptação às condições estreitas do meio ingrato, envolvendo penosamente em círculos estreitos, aquelas mesmo que tanto se diversificam nas matas ali se talham por um molde único. Transmudam-se, e em lenta metamorfose vão tendendo para limitadíssimo número de tipos caracterizados pelos atributos dos que possuem maior capacidade de resistência (CUNHA, 1903, p. 19).

Pensamento árvore e a humanidades suberificadas

A construção do sertão como um núcleo rígido construído através do pensamento-árvore é o cenário de onde emerge o homem sertanejo, que é, antes de tudo, um forte. A masculinidade e a força foram os moldes criados para normatizar corpos de pessoas da margem, pessoas *negras*. Essa construção monolítica e hierárquica se mantém hoje e sua origem está descrita em obras pouco visitadas.

os fenômenos de hibridação podem aqui ser estudados com uma amplitude e uma precisão impossível no mundo europeu - porque só aqui se dá a mestiçagem de raças extremamente distintas, o que nos permite observar os fenômenos hereditários, oriundos desses cruzamentos, em condições ótimas de visibilidade (VIANNA, 1932, p. 19).

Oliveira Vianna, sociólogo brasileiro, historiador, jurista, professor e imortal da Academia Brasileira de Letras foi um dos expoentes teóricos a colaborar na construção da ideia de raça e racialização. Sua narrativa é construída para que se enxergue o Brasil e seu território como um espaço de teste a céu aberto, com a finalidade de criar uma população ideal para povoar o Brasil, perspectiva essa completamente esvaziada da noção de integralidade homem e natureza. A análise da época foi totalmente voltada à investigação da hibridização/miscigenação, de como o ambiente modulava as características físicas e como essas características davam respostas a respeito das capacidades intelectuais e psicológicas das pessoas. Tal teoria construiu argumentos a partir de dados métricos e morfológicos, uma base, a priori, dotada de imparcialidade, mas que omitia a estrutura escravocrata estruturante e sua

base nutridora do que atualmente nomeamos necropolítica (MEMBE, 2014).

conclui-se que há entre estes painéis uma relação de interdependência tal que, conhecido um painel, se podem, quase com inteira segurança, determinar, por indução, os outros painéis correlativos. Conhecido, por exemplo, o painel anatômico, isto é, o *typo physico* ou *anthropologico* de um indivíduo, podem-se inferir, dentro de um coeficiente de probabilidades muito alto, quaes as suas predisposições pathológicas, quaes as modalidades prováveis de seu temperamento e da sua intelligencia (VIANNA, 1903, p. 36).

O pensamento escravocrata colonial ramificou-se e se mantém atualizado hoje nas práticas da colonialidade. O pensamento árvore, rígido e sistematizado normatizou também, no Brasil, as possibilidades de interações entre sujeitos pessoas e sujeitos plantas e as compreensões de existências legítimas. Mesmo no pós-abolição as narrativas centralizadas na ideia de dominação permaneceram.

No entanto, a ideia de domínio não se manteve a mesma: sua reformulação trouxe uma nova interpretação da elite e de seu comportamento em relação às populações subjugadas. Também trouxe inovações nas maneiras de caracterizar os que foram impelidos para a margem. Essa própria elite passa a assumir um caráter parasitário e subdesenvolvido em relação à visão dominante na Europa. Ainda sob esse ponto de vista, o que permanece em voga é a lógica do ambiente atuando sobre os sujeitos como modulador das existências. Essa perspectiva anula qualquer possibilidade interação entre sujeitos - plantas, pessoas, animais, água, pedra -

na construção das complexas relações ecológicas de construção do território.

Colocai um organismo em condições de vida que o dispensem de exercitar os seus órgãos sensoriais e locomotores, e estes se atrofiarão fatalmente. Foi o que sucedeu com o *Chondracanthus*: (...) Depois, nem mais se afastou da sua vítima, apegou-se a ela, fixou-se definitivamente, e todo o seu esforço ou trabalho vital se resumiu, deste momento em diante, em sugar o animal a que se prendia. Aí encontra ele tudo; a vida lhe é muito mais fácil do que se, da natureza, tivesse de tirar diretamente o sustento (...). Fatalmente, um tal regime se reflete sobre a inteligência, e esta se amesquinha, decai, também (BONFIM, 1905, p. 23).

O quadro comparativo e fatalista, no qual o ambiente determina e limita totalmente o ente vivo - mesmo sendo biologicamente falacioso - impõe-se também sobre os brasileiros euro-descendentes. A elite brasileira se torna, para o resto do mundo, um conjunto de pessoas que vivem em vastas terras e não sabem administrar o espaço, aqui estritamente compreendido como ente de onde se extraem recursos. Enquanto isso, seus iguais étnicos, localizados no continente, dispõem de mecanismos considerados bem mais avançados e civilizados para o ocidente. Cria-se uma especificidade nos mecanismos de colonialidade para o Brasil, aqui a ideia de nação e brasilidade é calcada no sentido de subserviência dos sujeitos que foram lançados nessa amálgama de violência direcionada a uns ou possibilidade de parasitismo a outros.

É lastimável e irritante que, enquanto a Europa, sábia, civilizada, laboriosa e rica, se contorce comprimida nestas terras estreitas, alguns milhões de

preguiçosos, mestiços degenerados, bulhentos e bárbaros, se digam senhores de imensos e ricos territórios, dando-se ao rastaquêrismo de considerar-se nações. Está verificado que eles são incapazes de organizar verdadeiras nacionalidades; o que a Europa tem a fazer é deixar-se de idiotas contemplações e contemporizações... (BONFIM, 1905, p. 5).

A investigação do cenário social nos leva a interpretar como o lidar com as plantas, atividade inerente do homem, era considerada comportamento bárbaro. Se voltarmos aproximadamente 50 anos na história, partindo do ano das narrativas citadas anteriormente, chegamos em 1856. Nesse ano, vivia-se sob os efeitos da epidemia de cólera. A Academia Imperial de Medicina se reúne para discutir sobre um fato considerado muito escandaloso: na província do Recife, um escravizado, especialista em medicina tradicional, estava curando as pessoas da cólera. Esse fato fez com que o presidente daquela província entregasse a responsabilidade ao especialista tradicional, tornando assim, desnecessária a intervenção médica convencional (CHALLOUB, 2017). Evidente que esse especialista em medicina tradicional não era tratado sob essa alcunha. Toda elite de Recife se revoltou contra o presidente por conferir tamanha responsabilidade a um “preto buçal, escravo, alvorado em grande curador de cólera pela credulidade e ignorância do povo (...)” (CHALLOUB, 2017, p.157).

A obra de Euclides nos revela a construção do cenário sócio-natural; Oliveira Vianna e Bonfim apresentam as interpretações que classificam as diferentes humanidades/desumanidades. Essas narrativas compõe o balaio do

carrego colonial que encosta-se nas instituições e nas pessoas e faz sobressair o modo único, neutro, sóbrio e racional que invalida outros modos de vida e produções de conhecimentos (SIMAS; RUFINO, 2019). Narrativas endurecidas pelo desencanto, duras como lenho morto de árvore, mas que diferente delas não protege a vida que existe dentro. Seguindo o conselho dos autores citados anteriormente, agrupo todas essas narrativas para cumprir a obrigação de despachá-las para longe dos corpos-folhas que estão voltando do exílio, corpos de sujeitos que não negam suas subjetividades em suas produções científicas, filosóficas e elaborações de mundo. Os passos seguintes são limpar, alimentar e festejar narrativas livres, plurais e ecológicas das vidas das pessoas e das plantas.

O dever da liberdade da terra, da planta e da pessoa

O olhar para o espaço brasileiro enquanto território fundamentado nas relações ambientais e ecológicas dos seres que nele habitam é primordial para fomentar interpretações a respeito da relação planta-pessoa. Os movimentos de libertação das pessoas *negras* que viviam no Brasil escravocrata trouxeram consigo o requerimento pela distribuição igualitária das terras. A narrativa-ação da população escravizada foi pulsante, tanto nas cidades, quanto no campo, apresentando como exemplo a atuação de José do Patrocínio (ALVES, 2009).

O cenário do Brasil no processo abolicionista foi complexo e lento. O primeiro movimento de oposição nacional à escravidão teve como objetivo suprimir o tráfico negreiro, baseado na política de que a grande mortalidade de escravizados iria progressivamente diminuir a população

a ponto de extingui-la. Era temerário para os que desejavam a independência do Brasil aliar seu ideal ao fim da escravidão, pois ainda que os princípios éticos de igualdade os movessem, assumir tal compromisso seria avultar as forças portuguesas e dos proprietários rurais contra a causa (NABUCO, 2010).

Para que o Brasil mantivesse a sua elite no poder e ao mesmo tempo se tornasse engajado à nova política mundial foi necessário romper com o sistema imposto por Portugal de maneira lenta gradual (BONFIM, 2008). Essa estratégia permitiu a reorganização da elite e posterior acomodação em suas atividades. Nesse cenário, condescendente surgem as ideias abolicionistas. A lei de 1871 foi mais um passo dado no sentido da política de emancipação lenta e gradual. Insuficiente para os escravizados, mas eficaz para o proprietário. A lei do Ventre Livre auxiliou no engajamento, mesmo que tardio, do Brasil frente à necessidade de caminhar rumo à Abolição. Com essa estratégia, o direito do senhor como proprietário de mão de obra e território mantinha-se resguardado.

base de toda sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade” mesmo sendo esta uma propriedade humana. Os dados referidos pelo Sr. Otoni evidenciam a tônica da liberdade gradual instaurada pelo Estado brasileiro com os dados referidos pelo Sr. Cristiano Otoni na época fica evidente no seguinte trecho: “a morte liberta 300.000, os particulares 35.000 e o Estado que se obrigou a emancipação libertou 5.000 no mesmo período (NABUCO, 1883, p. 68).

Frente à política nacional e aos números de liberdade/morte que ela promoveu, ficou latente a intenção de apagar a herança e a vida *negra* da história brasileira. E, por isso, torna-se crucial evidenciar as tentativas de apagamento, que traz arraigada em si a constante intenção de desconectar a pessoa *negra* do seu território, criminalizando as práticas que viabilizam sua existência. A ocupação do território, o uso do solo, bem como sua partilha no Brasil foram moldadas pelo pensamento extrativista ocidental. Dessa maneira, tanto o corpo quanto a terra foram construídos como mercadorias.

A população não possui definitivamente o solo: o grande proprietário conquistou-o à Natureza com seus escravos, explorou-o, enriqueceu por ele extenuando-o, depois faliu pelo emprego extravagante que tem quase sempre a fortuna mal adquirida, e, por fim, esse solo voltou à Natureza, estragado e exausto (NABUCO, 2010, p. 101).

A expansão do modo extrativista exploratório da terra foi responsável pela atualização e sofisticação das desigualdades. O extrativismo dos senhores foi uma tentativa de exaurir tanto a terra quanto o homem, minando toda a relação saudável que pudesse existir entre esses dois entes. O paralelo com os tempos atuais é perfeitamente cabível. O cenário passado nos revela categorias que permanecem orientando a gestão das políticas públicas e cerceando a existência das pessoas. A inacessibilidade ao território tira do homem o direito à vida e mantém a lógica de um ambiente hostil modulando todo um povo, que deve ser antes de tudo um forte - como mencionado por Cunha ao falar do homem sertanejo - para que consiga sobreviver, povo este tem cor, classe.

O Estado, por meio das intervenções urbanas, promove, nas últimas três décadas do século XIX, intensa demolição das áreas ocupadas pelos grupos de pobres, sobretudo de escravos de ganhos, ex-escravos e migrantes, buscando a modernização do espaço urbano em várias cidades brasileiras. Porém, é na primeira década do século XX que essa modalidade de atuação deixa marcas sócio-espaciais em toda a sociedade: nas classes de maior poder aquisitivo, o sentido de recuperação de uma área intensamente degradada pelo uso dos mais pobres; para estes últimos, a intervenção urbana do início do século representou a periferização, ou seja, o deslocamento compulsório para as favelas localizadas nas proximidades da área central ou a ocupação de espaços abertos ao longo dos trilhos ferroviários, inaugurados desde a década de 1870 (CAMPOS, 2006, p. 1).

A análise de *Os sertões*, América Latina males de Origem e Raça e Assimilação retratam interpretações vigentes e ainda impostas na relação homem-território/homem-planta e como a construção histórico-social dessa relação está vinculada a fetichização tanto do homem quanto do espaço onde ele vive. Mesmo os movimentos de libertação assumidos pelas elites mantiveram a base exploratória, desigual e silenciadora. As consequências disso permanecem ativas até hoje gerando supressão de espaço digno para a vida de pessoas *negras*.

Nas décadas seguintes do século XX, o Estado, por meio de políticas públicas de planejamento, reforça e mantém os valores segregacionistas por meio dos investimentos que valorizavam ainda mais as amenidades espaciais tão a gosto dos grupos de maior poder

aquisitivo (...) reforçando ainda mais o sistema simbólico do racismo criado principalmente na vigência de valores higienistas (CAMPOS, 2006, p. 1).

Bioma-social: terra de planta e de pessoa

Em todo percurso histórico enxergamos que a multiplicidade de relações contidas no que Santos chama de “espaço Natureza social” (2012, p.41) foi sucessivamente atacada e, muitas vezes, impedida de existir. A construção de identidade e subjetividade também é negada, no entanto, a vida aliada à terra e às folhas se configurou enquanto tradição resguardada e renovada no solo da diáspora. Tanto na vida cotidiana pública quanto nas práticas litúrgicas e familiares o uso e a relação com as ervas se manteve como fundamento essencial de existência.

Convoco aqui as elaborações do que Sodré chama de “*egbê*” (2017, p. 92), Santos (2012) chama de “espaço Natureza social” (ibid.) e Simas e Rufino (2018, 2019) conceituam como terreiro para caracterizar o valor intrínseco do chão territorial para as relações elaboradas pelos corpos-folhas. Nesse sentido, compreender o corpo como “espaço” (SANTOS, 1988, p.25) encantado que guarda sutileza, uma pedrinha miudinha de Aruanda, onde se assenta sua ancestralidade guarda uma nova possibilidade de fazer. Tal possibilidade é o chão para a compreensão desse corpo histórico no movimento dinâmico de construir sociabilidades plurais com as múltiplas formas de existir, num espaço que não é de uma natureza selvagem ou intocada. É um chão repleto de significados, elementos e de onde emergem pessoa-planta-pedra-bicho-água, sujeitos vivos e indivisíveis formadores do que escolho chamar de bioma-terreiro,

baseada na elaboração de terreiro enquanto “pólo irradiador de força” criadora de movimento (SODRÉ, 2019, p. 98) e enquanto espaço temporalmente ocupado pelos corpos que o praticam (SIMAS; RUFINO, 2019).

Considerações finais

As encruzilhadas históricas percorridas ao longo desse trabalho nos contam sobre como o espaço e sua materialidade foram - e são constantemente - subtraídos das pessoas negras no Brasil. Os retratos históricos que observamos aqui nos mostraram que tanto no processo abolicionista quanto no pós abolição a fragmentação foi estruturante no modo pelo qual a colonialidade organizou a relação ente homem e espaço. Diante dessas tantas encruzilhadas tecemos trilhas-caminhos; e é nesse sentido que a contemplação dos símbolos - que emergem do espaço - feitos pelas mãos de pessoas *negras*, nos direciona. Temos no chão brasileiro uma teia de biomas-terreiros, espaços fundados sobre pilares versados nas africanidades, e que dialogam construindo possibilidades contra-hegemônicas de habitar o fim do mundo presente e existir aqui e no futuro. Cabe a nós, intelectuais da margem, dedicarmos, ao senhor tempo, nossos esforços como mestres de obras e cultivadores que somos, para assim ampliar os espaços de morar, plantar, transitar e viver.

Referências

- ALVES, U. F. **José do Patrocínio a imorredoura cor do bronze**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2009.
- BONFIM, M. A **América Latina: Males da Origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- CAMINHA, P. V. **Carta do descobrimento**. In: Acervo digital da Biblioteca Nacional. Disponível em

http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em 16.10.2020.

CAMPOS, A. O. O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal, segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. In: Anuário do Instituto de Geociências nos Anais do Instituto de Geociências, v. 29, n. 2, 1991. Disponível em <http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/anigeo/article/view/4891/4403>. Acesso em: 16.10.2020.

CHALLOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CUNHA, E. **Os sertões**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

KILOMBA, G. **Memórias de plantação - Episódios do racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARZEC, A. Filosofia das plantas. **Caderno de Leituras Chão de feira**, n. 46, p. 1-12, 2016.

MEIRELLES, J. F. **Grandes expedições à Amazônia brasileira, 1500-1930**. São Paulo: Metalivros, 2009.

MEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona editores refractários, 2017.

NABUCO, J. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, n.37, p. 4 – 29, 2002.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento Editora e Livraria, 2018.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, V. G. **O antropólogo e sua magia: Trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade: a forma social negro brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

SODRÉ, M. **Pensar nagô**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

SOARES, V. G. Literatura de Viagem: a mirada de Spix e Martius sobre o sertão baiano. In: VI Encontro Estadual de História – Povos Indígenas, Africanidades e Diversidade Cultural: produção do conhecimento e ensino, 2017. Disponível em: <http://www.viencontroanpuhba.ufba.br/modulos/submissao/upload/44399.pdf>. Acesso em 13.08.2020.

VIANNA, O. **Raça e assimilação**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1932.

Recebido em 2020-08-13
Publicado em 2021-07-01